



Diagnostico Rural e Social da Comunidade Assentamento 25 de Julho, Girau do Ponciano - AL

Rural and social diagnosis of community productivities July 25, in Girau do Ponciano - AL

DAMASCENO, Victor Henrique¹; NAVAS, Rafael²; BREDA, Mariana Oliveira³

¹Agricultor, Graduando em Agroecologia PRONERA - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Centro de Ciências Agrárias - CECA, Brasil, vitovictor19@gmail.com;

²Docente Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Centro de Ciências Agrárias - CECA, Brasil, rafael.navas@ceca.ufal.br; ³Docente Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Centro de Ciências Agrárias - CECA, Brasil, breda.mariana@hotmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Os assentamentos são produtos de intervenção do Estado, em razão da desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária e as políticas de reforma agrária por envolverem diferentes níveis de governo acabam se tornando mais complexas para transformar a realidade. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi realizar o diagnóstico do assentamento, identificando questões de infraestrutura e acesso a políticas públicas, no assentamento 25 de julho. Para a coleta de dados utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, realizadas com vinte e sete famílias. O assentamento e todas as famílias foram beneficiadas com a construção de casas de alvenaria e cisternas para consumo humano. Há escola no local com oferta de diferentes níveis de escolaridade. Com relação a produção, a cultura de maior expressão é o fumo, principalmente pelo histórico da região no plantio dessa cultura.

Palavras-chave: Reforma agrária; Desenvolvimento rural; Políticas públicas.

Keywords: Land reform; Rural development; Public policy.

Introdução

As atuais políticas públicas implementadas para o meio rural permanecem sem o objetivo de alterar a estrutura agrária, pois estão pautadas no combate à pobreza e na formação de uma nova classe média no campo, por meio de medidas como o Pronaf, os mercados institucionais e os programas de transferência de renda (NAKATANI, FALEIROS e VARGAS, 2012).

Associado a essas questões, as políticas de reforma agrária envolvem diferentes níveis de governo - federal, estadual e municipal, e acabam se tornando mais complexas na medida em que há uma combinação de diferentes espaços de negociação e de articulação, entre poder público, movimentos sociais e organizações não governamentais, na elaboração e execução de projetos para os assentamentos (MELO e SCOPINHO, 2018).

Assim, um dos maiores problemas enfrentados nos assentamentos rurais é a diferença entre as demandas dos assentados e o discurso adotado nas políticas públicas para atendê-las. As políticas públicas constituem-se nesta desproporção



entre o discurso e a gravidade do problema, na posição desafinada do Estado com as necessidades sociais, que vão sendo proteladas e acomodadas (MARTINS, 2003).

Para Ratke e Ratke (2016) os assentamentos são produtos de intervenção do governo federal, em razão da desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Tanto o assentamento, como a reforma agrária são institutos de direito agrário por serem mecanismos de acesso à terra e à política agrária, instrumentos que poderão garantir ao agricultor familiar o manejo e o uso do solo de forma sustentável, a elevação da qualidade de vida do agricultor familiar e o aumento da produtividade.

Nesse contexto, o Assentamento Dom Hélder Câmara foi constituído no município de Girau do Ponciano, Agreste de Alagoas, contemplando duzentas e oitenta e sete famílias, pelo Programa Nacional de Reforma Agraria e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo o segundo maior assentamento do estado de Alagoas.

Assim, o objetivo desse trabalho foi realizar o diagnóstico do assentamento, identificando questões de infraestrutura e acesso a políticas públicas.

Metodologia

O assentamento está localizado a 19 km da sede do município de Girau do Ponciano, mesorregião do agreste alagoano, com coordenadas geográficas latitude 9.88'79, 9° 52'51 sul, longitude 36.8225, 36° 49' 21' oeste.

O local do estudo é dividido por agrovilas, com a sua totalidade de seis núcleos com as moradias. Assim, esse trabalho foi realizado no Núcleo 25 de Julho (PA Rendeira).

Para a coleta de dados utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, realizadas com vinte e sete famílias, avaliando questões de infraestrutura física e os arranjos produtivos desenvolvidos, com ênfase nas atividades das famílias.

Resultados e Discussão

Na agrovila estudada houve a execução de projeto habitacional, onde as casas foram construídas de alvenaria, com recursos do INCRA (fato que ocorre em todo o assentamento).

Também pelas características de baixa quantidade de chuvas, foram desenvolvidos projetos com a construção de cisternas para a captação de água para consumo humano, e atualmente todas as famílias do assentamento foram contempladas com o programa de cisternas - chamado de primeira água. Posterior a essa conquista,



foram iniciadas a construção das cisternas calçadão, que é vinculado a questões da produção, buscando o armazenamento da água para essa finalidade. Porém, essa alternativa ao problema da seca, ainda não contemplou todas as famílias e apenas 4 (das 27 famílias) possuem essa tecnologia.

Um dos fatores que melhora a vida dos trabalhadores é o fornecimento de água encanada pela Companhia de Saneamento de Alagoas desde 2008 e vem facilitando o cotidiano dos mesmos, pois anteriormente o assentamento só tinha uma fonte de água que era a barragem que servia para o consumo dos animais e também para os afazeres das casas, como lavagem de utensílios e roupas. A água para o consumo humano era tirada de uma cacimba, distante 3 km do assentamento e os moradores usavam animais de tração que puxavam carroças com até dois tambores de água visando o consumo das famílias.

No assentamento há escola com ensino fundamental, educação Infantil e anos iniciais, de 1º ao 5º ano, além de EJA (Educação de Jovens e Adultos - 4ª e 5ª etapas), sendo um dos poucos assentamentos com essa possibilidade no estado.

A principal atividade da comunidade é a agricultura, com destaque para o cultivo de feijão, milho e palma, mas também há grande presença da monocultura do fumo que é uma das principais fontes de renda das famílias e plantada pela maioria dos agricultores.

É importante destacar que essa última cultura é expressiva no agreste de Alagoas e sua finalidade é a venda, enquanto que às anteriores tem à função de autoconsumo e venda do excedente. De acordo com Fachin (2016) a adesão de agricultores familiares ao plantio de fumo é que existe contratos estabelecidos com as empresas fumageiras e que garante os insumos dentro da propriedade, assistência técnica e a compra do produto final, sem que haja preocupação com o transporte do produto e, para uma parcela, garante renda.

A criação de animais também é presente entre as famílias, com destaque para criação de bovinos mestiços, ovelhas, suínos e aves.

Conclusões

A estiagem tem sido o principal problema na agricultura no Núcleo 25 de Julho, que tem impactos negativos na produtividade conseguida pela comunidade, tendo os agricultores relatado sobre as perdas nas lavouras.

A presença das cisternas para a armazenamento de água, em períodos de escassez é essencial para os agricultores, bem como políticas emancipatórias como máquinas para o preparo da terra, que vem sendo cedidas pela prefeitura, mas mesmo assim não são suficientes.



Nota-se que os jovens não querem mais viver da roça e querem outras oportunidades de trabalho nos municípios vizinhos.

Mesmo nesse cenário, é notável a esperança desses agricultores em crer em bons anos de inverno que incentiva a não desistirem do campo, pois mesmo perdendo suas lavouras quase que por completo nos últimos anos, faz com que esses agricultores levantem suas cabeças e não desistam de suas plantações e criações animais.

Referências bibliográficas

FACHIN, P. Agricultura familiar e o cultivo do fumo: mais de três séculos de dependência econômica. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/08/30/agricultura-familiar-e-o-cultivo-do-fumo-mais-de-tres-seculos-de-dependencia-economica-entrevista-com-amadeu-bonato.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. 240 p.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 61-84, 2018.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, 2012.

RATKE, B. N. A.; RATKE, R. F. As políticas públicas em projeto de assentamento rural: desafios contemporâneos. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 136-151, 2016.